09:41 41%

_ SEG _ Fernando Cabeira _ Demétrio Magnoli (quinzenal) _ Miguel de Almeida (quinzenal) _ Joaquim Santana (quinzenal) _ Washington Olivetto (quinzenal)
_ TER _ Merval Pereira _ Carlos Andreazza _ QUA _ Vera Magalhães _ Elio Gaspari _ Bernardo Mello Franco _ Roberto Saviano (quinzenal) _ QUI _ Merval Pereira _ Nati Gaspar
_ SEX _ Vera Magalhães _ Fábio Oliveira _ Pedro Doria _ Bernardo Mello Franco _ SÁB _ Carlos Alberto Sardenberg _ Eduardo Affonso _ Paulo Cristóvão _ DOM _ Merval Pereira _ David Hanazaki _ Bernardo Mello Franco

DEMÉTRIO MAGNOLI

blogs.oglobo.globo.com/opiniao
editoria.artigos@oglobo.com.br

1964, memórias corrompidas

A esquerda ouviu, mortificada, o recado de Lula:

— O que eu não posso é não saber tocar a história para frente, ficar remoendo sempre.

O governo não participou de atos de memória sobre os 60 anos do golpe de 1964 e, ao contrário do que planejava o ministro Silvio Almeida, não houve nem haverá um pedido estatal de desculpas pelas violações de direitos humanos da ditadura militar. A motivação presidencial é péssima: não melindrar os quartéis. Haveria, porém, razão melhor: a ausência de um consenso nacional mínimo sobre essa parte sombria de nosso passado recente.

O pacto cívico-militar da transição, expresso na Lei de Anistia, corrompeu a memória nacional. Decretada em 1979, a lei destinava-se a proteger torturadores e assassinos.

De Sarney a Dilma, passando por FH e Lula, sucessivos governos confirmaram o pacto original, impedindo que o sistema de Justiça produzisse conclusões incontestáveis. Ao contrário da Argentina ou do Chile, nunca prendemos ninguém por crimes definidos como imprescritíveis. Não imitamos nem mesmo a África do Sul, que inscreveu tais crimes e os nomes dos criminosos em documentos judiciais. Mais que impunidade, escolhemos navegar por águas turvas.

Consequência: corrompeu-se a memória dos militares. As Forças Armadas continuam a batizar o golpe de Estado como revolução. Nas escolas militares, justifica-se o regime ditatorial. Nos dias 31 de março, ordens do dia quase celebram a ruptura da ordem democrática. Uma facção minoritária de generais e coronéis embarcou na trama golpista de Bolsonaro. Os quartéis melindrados convenceram Lula a esquecer o passado.

O pacto da anistia também corrompeu a memória das correntes de esquerda que se engajaram na luta armada. A reação à impunidade foi buscar uma espécie de reparação simbólica. A Comissão de Anistia tornou-se palco de celebrações das lideranças da opção aventureira. Nos círculos da esquerda derrotada, os guerrilheiros caídos foram convertidos em heróis da resistência. Por essa via, evitou-se a revisão crítica da estratégia das ações violentas "exemplares".

A resistência efetiva à ditadura lastreou-se na firmeza de líderes políticos que insistiram em participar dos processos eleitorais viciados, na clareza das correntes de esquerda que rejeitaram a luta armada, na persistência dos movimentos sociais. As ações armadas emanaram da teoria do "foco guerrilheiro", inspirada em Fidel e Guevara. Segundo sua lógica subjacente, a vanguarda em armas acenderia a faísca da revolta das massas. Na prática, porém, os assaltos a bancos, os sequestros de diplomatas e os ensaios de guerrilha na selva apenas ofereceram pretextos para o endurecimento da repressão estatal.

Na esquerda, a dura lição choca-se com a muralha do negacionismo. Poucos atrevem-se à defesa explícita da estratégia da luta armada, mas a corrupção da memória exprime-se por outros atalhos, como o apego ao regime castrista em Cuba e às ditaduras aliadas na Venezuela e Nicarágua. O valor das liberdades políticas e do sistema democrático circunscreve-se à retórica oportunista para consumo interno. Denuncia-se Bolsonaro, mas não Maduro ou Putin.

A narrativa protocolar da esquerda "anti-imperialista" sobre 1964 aponta o dedo acusador na direção dos Estados Unidos. É certo que a Casa Branca e a CIA ofereceram amparo ao golpe (e, também, que a reviravolta política promovida por Jimmy Carter acelerou, desde 1977, a "abertura" no Brasil). Entretanto o golpe teve as cores do Brasil.

1964 foi tramado nas nossas elites econômica, intelectual e militar. Contou com apoio significativo das classes médias urbanas e dos principais veículos de comunicação. O regime que dele resultou não era uma peruca imposta por malvados estrangeiros. Infelizmente, o bolsonarismo tem raízes sociais e históricas.

No Chile, no Uruguai e até na Argentina formaram-se consensos nacionais básicos sobre as ditaduras de meio século atrás. O Brasil, viciado na conciliação por cima, prefere ofuscar sua história, perpetuando estéreis guerras de narrativas. No fundo, é para conservar esse hábito que Lula decidiu não "ficar remoendo".

ARTIGO

Esporte, indústria movida a IA

EDUARDO TEGA

Há grande expectativa no setor de tecnologia e inovação desde que o governo federal anunciou que encomendou à ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, a elaboração até junho de um plano concreto para o desenvolvimento e o uso da inteligência artificial (IA) no país. Vê-se, nessa intenção, a possibilidade de aplicar estratégias que a própria Academia Brasileira de Ciências (ABC) apresentou, em novembro do ano passado, e a esperança é que outros setores-chave sejam incluídos nesse plano.

A conclusão da ABC era que seria necessário um investimento anual de R$ 1 bilhão por ano para que o Brasil buscasse um lugar na lista das 20 nações mais competitivas em inteligência artificial. Até agora, vimos o esforço do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) de Lula em aplicar R$ 170 milhões, via Finep, para o desenvolvimento da IA no setor industrial. A questão é que, além de claramente insuficiente, o valor não contemplava setores que precisam ser incluídos, como o esporte, principal ferramenta do *soft power* brasileiro e campo em que podemos nos desenvolver rapidamente. Há duas razões para isso.

A primeira é que o mercado da bola passa atualmente pela hiperprofissionalização, com o movimento das Sociedades Anônimas do Futebol (SAFs), que trazem aportes de dinheiro significativos e precisam otimizar gastos, engajar torcedores e encontrar soluções tecnológicas. Tudo isso estimula o desenvolvimento de *sportstechs* (startups voltadas para o esporte e o entretenimento), capazes de funcionar como criadoras de soluções que, uma vez que funcionem, podem ser aplicadas em qualquer entidade esportiva do mundo.

Segundo, porque o esporte tem muito campo para avançar como promotor de desenvolvimento social. Apenas 3% dos atletas que disputam a Copa São Paulo de Futebol Júnior chegam à elite, segundo estudo publicado em 2024. Todos os anos, escolinhas e departamentos de base dos clubes, de futebol ou não, produzem uma enormidade de dados de desempenho de crianças e adolescentes. Mas a dificuldade de processar e entender esses dados permanece, uma vez que tudo isso está sujeito a falhas e vieses humanos dos mais diversos. A revolução que a inteligência artificial já ensaia trazer para o campo e a quadra pode não apenas identificar com mais precisão talentos antes desperdiçados, como também abre um enorme campo de desenvolvimento e exportação da própria IA.

SAFs trazem aportes de dinheiro significativos e precisam otimizar gastos e encontrar soluções tecnológicas

Mesmo sem ajuda, o Brasil já demonstra ter plenas condições de se posicionar no setor de esporte e entretenimento: de 2018 a 2022, o país reuniu investimentos da ordem de US$ 805,5 milhões nessas empresas, segundo relatório de 2023 da consultoria SportstechX, baseada em Berlim. Como resultado, há startups brasileiras que já conseguiram exportar suas soluções para os mercados europeu e americano, além de oportunidades mapeadas em potências do Oriente Médio, como a Arábia Saudita, nação apaixonada por futebol que manifestou interesse em trocas de tecnologia.

Já vendemos jogadores, já sediamos grandes eventos, temos entrada em grandes mercados consumidores de esporte e entretenimento. Agora, é fundamental que o esporte seja visto e estimulado como indústria brasileira de enorme penetração no exterior, numa parceria fundamental entre MCT e Ministério do Esporte, para que o Brasil seja capaz de conquistas de enorme visibilidade no campo da inovação.

Eduardo Tega, mestre em governança esportiva pela Uefa, é fundador da Sportheca

ARTIGO

Força de paz não é uma questão de marketing

OTÁVIO SANTANA DO RÊGO BARROS

Mês passado, uma roda com jornalistas de grande expressão discutia a crise atual do Haiti e as consequências para a população e para a região.

Impossível não vincular a história recente do Haiti às nossas Forças Armadas. Já se passaram 20 anos desde que tropas brasileiras foram destacadas para aquele país, atendendo a uma solicitação da Organização das Nações Unidas (ONU) para compor a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah).

Em 2010, logo depois do terremoto que destruiu o país, comandei o 1º Batalhão Brasileiro de Força de Paz (Brabat 1). Cheguei ao Haiti ainda com corpos soterrados pelos escombros. Vivi por sete meses em Porto Príncipe, ocasião em que deparei com as mazelas seculares da antiga colônia francesa, agravadas pelas condições dantescas que o sismo provocou na região.

O tremor ceifou a vida de 250 mil pessoas e deixou um sem-número de feridos. A missão que se aproximava do fim, com a transferência programada do poder às autoridades haitianas, foi prolongada até 2017. A prioridade foi redirecionada para a ajuda humanitária, com o Brasil assumindo-se principal ator na operação dirigida pela ONU.

Toneladas de alimentos, remédios, cobertores, garrafas d'água etc. foram transportadas por aeronaves da Força Aérea Brasileira e por navios da Marinha do Brasil. Um enorme esforço do governo brasileiro para minimizar as agruras da população.

Essa missão de paz marcou profundamente uma geração de nossos militares. Perto de 35 mil homens e mulheres foram postos à prova em seu profissionalismo. Somos, até hoje, citados como exemplo de sucesso pelo Departamento de Operações de Paz (DPO), estrutura responsável na ONU por conduzir essas missões.

De generais a soldados, deram o melhor de si em prol de um ideal que parece hoje escapar ao ser humano: construir genuína solidariedade

Voltando à roda de jornalistas. Na esteira de avaliações sobre o envolvimento de militares no cenário político-partidário dos últimos anos, alguns dos profissionais criticaram a atuação das tropas brasileiras no Haiti, atribuindo o sucesso captado pela opinião pública a uma campanha bem-sucedida de marketing.

Afundar a perna até o joelho em água pútrida, mesclada com lixo, dejetos animais e humanos, na favela de Cité Soleil enquanto patrulhávamos não é questão de marketing.

Fazer as honras fúnebres aos 18 militares que perderam a vida esmagados entre escombros provocados pelos tremores não é questão de marketing.

Acolher milhares de feridos, muitos amputados, nas instalações de saúde no Campo Charlie, fornecendo-lhes comida, água e carinho, não é questão de marketing.

Enfrentar terremotos, furacões e tempestades tropicais arrasadores, enquanto convivíamos com pobreza e insalubridade na "cozinha do inferno", não é questão de marketing.

Submeter-se ao perigo real de perder a vida em solo estrangeiro, em nome da paz, ao enfrentar bandidos sanguinários e muito bem armados, não é questão de marketing.

Escarafunchar paredes instáveis, ainda sob impacto de tremores secundários, na busca de pessoas que urravam por socorro, não é questão de marketing.

Se, após a retirada das tropas estrangeiras do Haiti, das estruturas civis conduzidas pela Minustah e a redução do apoio econômico de muitos governos estrangeiros, o país voltou a sofrer instabilidades, não é aos homens e mulheres das forças brasileiras que deve ser imputado o insucesso.

Enquanto lá estiveram, desde generais a simples soldados, deram o melhor de si em prol de um ideal que parece hoje escapar ao ser humano: construir genuína solidariedade para com o semelhante.

Enfim, relembrando o lema dos boinas azuis: tudo pela paz!

Otávio Santana do Rêgo Barros é general de divisão da reserva